

## REESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA BRASILEIRA E CIDADES MÉDIAS: O EXEMPLO DE UBERLÂNDIA (MG)

**Kelly Cristine Bessa**

Geógrafa do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia  
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ  
[bessa@ufu.br](mailto:bessa@ufu.br)

### RESUMO

*O presente texto busca contribuir para uma reflexão preliminar sobre a redefinição dos conteúdos e dos papéis das cidades médias brasileiras, destacando, especificamente, a importância crescente de uma grande cidade média, Uberlândia, situada no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.*

**Palavras-chave:** rede urbana, cidades médias, meio técnico-científico-informacional

## MEDIUM CITIES AND RESTRUCTURING OF THE BRAZILIAN URBAN NETWORK: THE EXAMPLE OF UBERLÂNDIA (MG)

### ABSTRACT

*Abstract: This work seeks to contribute for a preliminary reflection about contents redefinition as well as the papers of the brazilian medium cities, specifically highlighting the growing importance of a great medium city, Uberlândia, located at Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.*

**Key-word:** urban network, medium cities, milieu techno-scientific-informational

---

### Introdução

O presente texto busca contribuir para uma reflexão preliminar sobre a redefinição dos conteúdos e dos papéis das cidades médias no contexto contemporâneo do processo de urbanização no Brasil. Processo este entendido como a expressão histórica concreta, organizada no espaço, da evolução e da mudança social, definida, hoje, pela globalização e seus desdobramentos espaciais, sendo que uma das principais características é dada pela geração e expansão do *meio técnico-científico-informacional*, como aponta Santos (1985, 1994 e 1996). Nessa perspectiva, este texto objetiva destacar a importância crescente das cidades médias brasileiras no contexto da rede urbana e, especificamente, destacar a importância de uma *grande cidade média*, Uberlândia, situada no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

A globalização, juntamente com suas transformações estruturais, impôs novas marcas ao processo brasileiro de urbanização, visto que a cidade e a rede urbana foram reatualizadas por meio de determinações gestadas em diversas escalas e por intermédio da ação de agentes políticos, econômicos e sociais. Dentre as muitas mudanças, serão destacadas, neste texto,

aquelas pertinentes à escala da rede<sup>i</sup> urbana<sup>ii</sup>, em razão desta ter se tornado um fenômeno ainda mais complexo, porque tais mudanças foram determinantes dos novos modos de inserção das cidades, pois alteraram o tamanho, a densidade, as funções e as interações espaciais dos centros urbanos e, por conseguinte, a forma espacial da rede urbana<sup>iii</sup>, expressando, por fim, alterações na natureza e no significado da própria rede, possibilitando a constituição do que se vem denominando de *rede de redes*, cuja característica é a sobreposição de redes.

A partir da década de 1970, a rede urbana brasileira sofre profundas transformações, que, conforme Corrêa (2001), são determinadas por mudanças ocorridas na organização socioespacial. Dentre as muitas mudanças, destacam-se: a desconcentração, a ampliação e diversificação das atividades industriais, com o surgimento de centros industriais diversificados e especializados; a modernização e subsequente industrialização e capitalização do campo, com ênfase na constituição de complexos agroindustriais; as inovações organizacionais junto aos setores industriais, comerciais e de serviços, com destaque para a terciarização e para a constituição de grandes corporações empresariais; a ampliação de uma *base técnica* associada, primordialmente, aos transportes e às comunicações, que possibilitou a diversificação das interações espaciais, e também associada à produção e distribuição de energia; a incorporação de novas áreas ao processo produtivo global e a refuncionalização de outras áreas, com destaque para as especializações regionais das atividades; os novos padrões de mobilidade espacial da população; o aumento quantitativo e qualitativo da urbanização; e uma estratificação social mas ampla e complexa, gerando maior fragmentação social, ampliação das classes médias e aumento do consumo.

Trata-se, portanto, de uma nova geografia, como apontou Santos (1994), com mudanças no contexto, no conteúdo e nas formas de uso do espaço, cujos resultados combinados configuram um novo Brasil urbano, no qual se destaca um complexo e variado processo de reestruturação da rede urbana, a partir da redefinição dos conteúdos e dos papéis das cidades, sejam elas metrópoles, grandes cidades, cidades médias ou cidades pequenas.

A rede urbana brasileira, até a década de 1970, caracterizava-se, de acordo com Corrêa (2001, p.360), por uma *...relativamente pequena complexidade funcional dos seus centros urbanos*, por um *...pequeno grau de articulação* entre estes referidos centros, com interações espaciais predominantemente regionais, e pela *...existência de padrões espaciais simples com que a rede urbana estava construída*<sup>iv</sup>. Corrêa (2001a, p.428) ressalta que, a partir desse período, as modificações que sobretudo vão caracterizar a rede urbana brasileira são *...a continuidade da criação de novos núcleos urbanos, a crescente complexidade funcional dos centros urbanos, a mais intensa articulação entre centros e regiões, a complexidade dos padrões espaciais da rede e as novas formas de urbanização*. Tais mudanças constituem expressão continuada e atualizada de uma estrutura social crescentemente diferenciada e complexa, visto que as relações sociais, seja por meio de fatores internos ou externos, estruturam o processo de urbanização, que, no caso brasileiro, traduz-se em uma maior complexidade da rede urbana, uma vez que se constitui em um *reflexo*, um *meio* e uma *condição social*, como orienta Corrêa (2004a). A rede urbana reflete e reforça as características dos contextos políticos, econômicos e socioculturais do território, sendo, portanto, uma dimensão socioespacial, ou seja, um elemento integrante da própria realidade em sua complexidade.

Nesse contexto de reestruturação da rede urbana, cabe reconhecer, portanto, os novos papéis e valores desempenhados pelas cidades e suas respectivas regiões, assim como importa identificar as novas funções urbanas e as novas interações espaciais que delas derivam, particularmente, as relações cidade-região e as relações interurbanas. Essas mudanças determinam os novos modos de inserção das cidades na rede urbana, porquanto alteram os seus aspectos estruturais, a saber: os dimensionais, os funcionais e os espaciais. Nesse novo contexto, interessa questionar que novas formas a rede urbana brasileira assume, em sua totalidade ou em seus segmentos particulares, e, igualmente importante, cabe indagar o que há de novo nas redes urbanas reatualizadas, salientando, inclusive, o caráter mutável dessa rede.

Dentre as muitas características que marcam o processo de reestruturação da rede urbana, este

texto destaca as novas formas de inserção das cidades médias. Assim, busca-se apresentar uma série de reflexões, baseadas na sistematização de idéias já apresentadas por diferentes pesquisadores, contemplando, primeiramente, a relevância das questões sobre as cidades médias, e, posteriormente, destacando a redefinição da própria noção de cidade média, expressão já bastante consagrada, visto existir um certo consenso quando do seu uso. Por fim, destaca-se, diante da constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional, a importância crescente da cidade de Uberlândia.

### **O dinamismo das cidades médias brasileiras**

No início da década de 1990, Davidovich (1991, 1992 e 1993) destacou a existência de centros urbanos que apresentavam altos índices de crescimento populacional e econômico, além de ritmos e intensidades urbano-regionais particulares, determinados principalmente pela sua complexidade funcional e econômica. A referida autora ressalta, ainda, a existência de um *Brasil urbano não metropolitano*, onde estão contidas mais de uma centena de cidades, *...antes isoladas*, mas *...que se articulam em torno de determinadas atividades*, passando a ser *...reduzidos da classe média* e *...locus do trabalho intelectual*, e também locais de novos e sofisticados serviços associados aos transportes, à informação e comunicação, à educação e saúde, ao turismo, entre outros.

Esses centros seriam as cidades do interior afetadas pelos programas de modernização da agricultura e da mineração; as cidades voltadas para certos ramos industriais, com dadas especializações produtivas; as cidades afetadas pelo desenvolvimento das atividades de turismo e de lazer; as cidades inseridas no mundo amazônico e nordestino; e, por fim, as cidades afetadas pelo projeto do Mercosul. Dentre essas, distinguem-se as cidades médias, visto que estas vêm apresentando considerável desempenho na dinâmica recente assumida pela urbanização brasileira, especialmente, quando afetadas pela expansão do *meio técnico-científico-informacional*, seja pela complexificação da configuração territorial, seja pela possibilidade de geração de *fluxos materiais* e de *fluxos imateriais*, que resultam do expressivo desenvolvimento econômico, no qual sobressaem primordialmente as atividades de caráter urbano - indústria, comércio e serviços, que, em áreas agrícolas, atendem também às demandas das atividades da agropecuária modernizada. Convém enfatizar que tais fatores ampliam o processo de urbanização nesses centros, posto que as novas formas da urbanização são tanto mais avançadas quanto mais densos e complexos forem os conteúdos do *meio técnico-científico-informacional*, resultando na ampliação da importância das cidades médias na rede urbana brasileira.

As cidades médias brasileiras, de fato, distinguem-se pelos índices de crescimento populacional, quer dizer, tais cidades vêm apresentando, nas últimas décadas, um ritmo de crescimento demográfico superior ao observado para o conjunto dos centros urbanos brasileiros. Andrade e Serra (2001), analisando a dinâmica de crescimento populacional das cidades brasileiras de porte médio, definidas como aquelas com população entre 50 mil e 500 mil habitantes, demonstram o seu importante papel no crescimento e na redistribuição da população nacional, sugerindo um dinamismo populacional que se reflete tanto em termos do aumento numérico dessas cidades, quanto do número de habitantes que nelas residem, em especial, de população urbana. Os dados demonstram que as cidades na faixa de tamanho populacional entre 50 mil e 500 mil habitantes, em 1970, eram em número de 240 e saltaram para 496, em 2000, registrando crescimento de 106,6%. Tais cidades abrigavam, em 1970, 25.040.543 habitantes e, em 2000, passaram a abrigar 60.545.697 habitantes, indicando incremento populacional de 141,7%. Considerando a faixa de tamanho populacional entre 100 mil e 500 mil habitantes, grupo que define, segundo a Fundação IBGE, as cidades de porte médio no Brasil, os dados evidenciam que, em 1970, eram em número de 83 cidades chegando a 193 cidades, em 2000, o que indica crescimento de 132,5% (ver Figuras 1 e 2). No que diz respeito à concentração demográfica, as cidades desta última faixa de tamanho populacional, em 1970, concentravam 14.606.904 habitantes alcançando, em 2000, 39.541.616 habitantes, o que corresponde a um incremento populacional de 170,7%.

Além desse dinamismo populacional, há que se destacar o papel singular das cidades médias no relativo processo de desconcentração da população brasileira, dado que elas proporcionam um

maior equilíbrio interurbano a partir da redução do fluxo migratório em direção às metrópoles. Tal fato é notoriamente apontado por Amorim Filho (1984), na pesquisa *Cidades Médias e Organização do Espaço no Brasil*; por Andrade e Serra (2001), com a análise do desempenho das cidades de porte médio no crescimento populacional brasileiro, no período compreendido entre os anos de 1970 e 2000; por Amorim Filho e Serra (2001), no estudo *Evolução e Perspectivas do Papel das Cidades Médias no Planejamento Urbano e Regional*; e por Torné e Bellet Sanfeliu (1999, p.49), que afirmam que *...as intermediárias podem exercer um papel ativo frente ao processo de concentração urbana, equilibrando os processos de polarização e freando o excessivo crescimento das grandes aglomerações urbanas*<sup>v</sup>.

O parâmetro demográfico é freqüentemente utilizado para classificar as cidades médias. Contudo, cumpre registrar que o recorte demográfico identifica apenas o grupo ou a faixa que pode conter cidades médias, ou seja, identifica as cidades de porte intermediário, mas não aquelas que exercem essencialmente o papel de cidades médias.

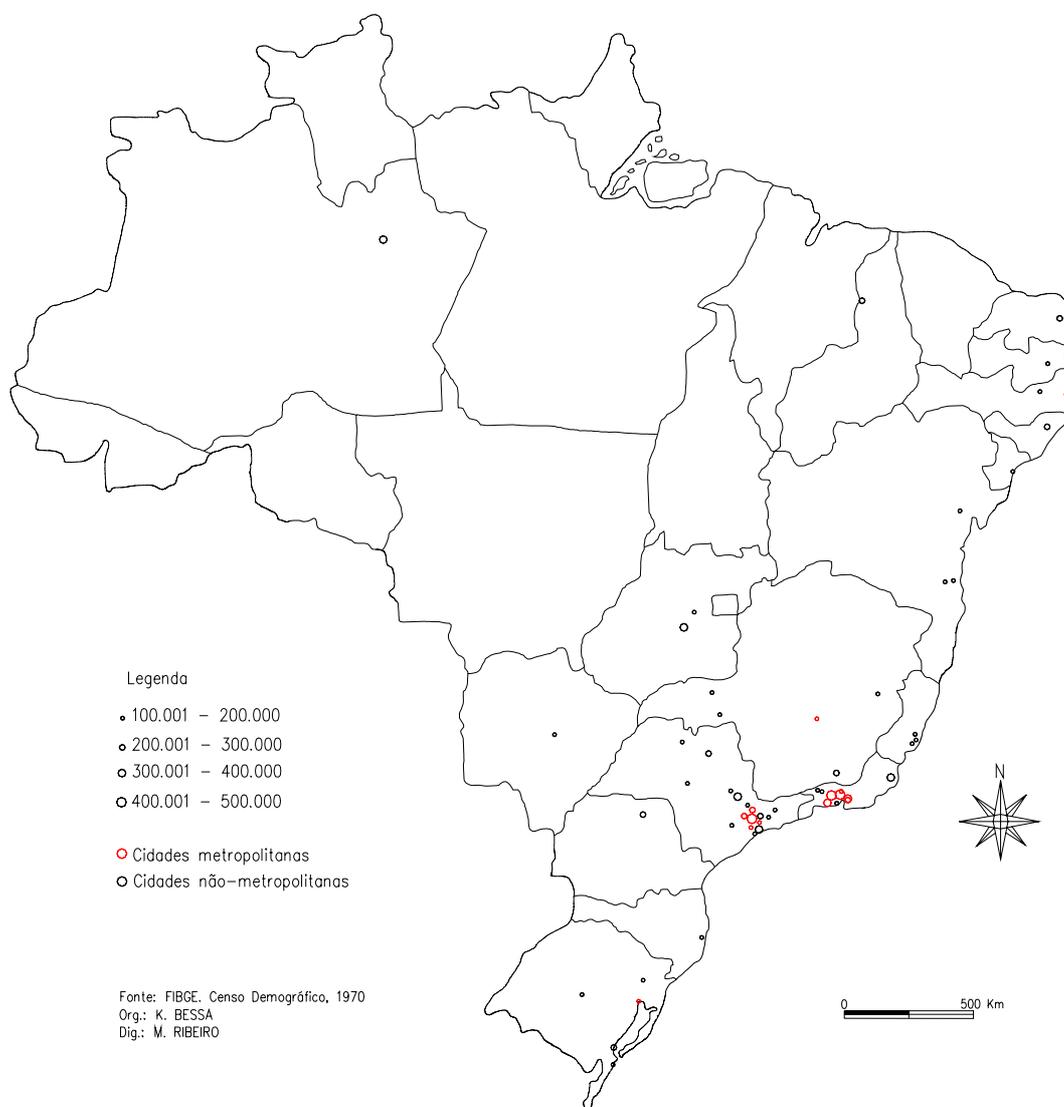


Figura 1 - Brasil: centros urbanos com faixa de tamanho populacional entre 100.001 e 500.000 hab., 1970

Num estudo pioneiro sobre a temática, Andrade e Lodder (1979, p.35) consideraram como cidades médias os *...centros e aglomerações urbanos que possuíam em 1970 uma população urbana entre 50 mil e 250 mil habitantes*<sup>vi</sup>.

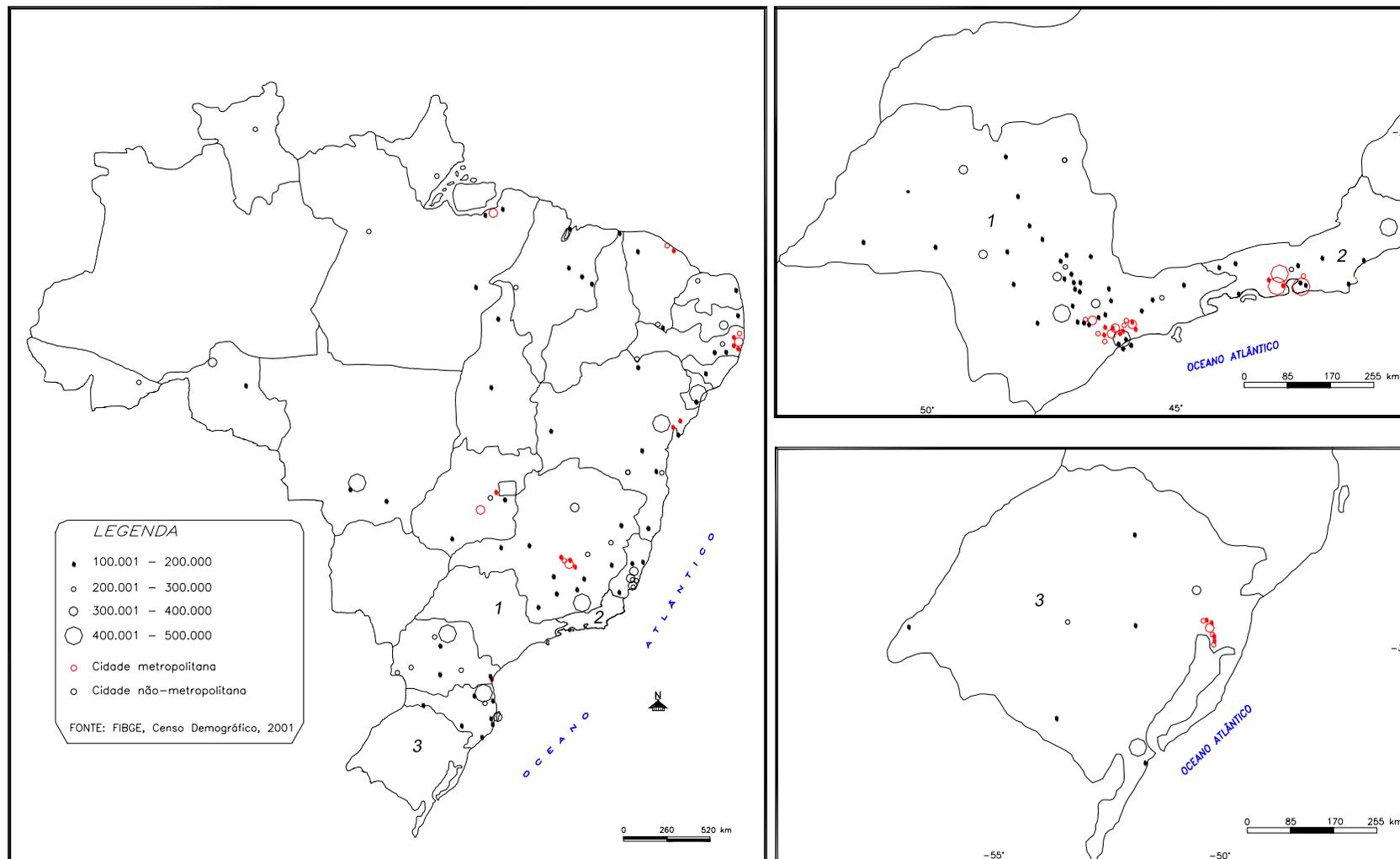
Em pesquisa recente, Andrade e Serra (2001) admitem que, em um *sistema de cidades nacional*, que vem sofrendo alterações significativas como o brasileiro, há, nas extremidades de sua hierarquia, *grandes e pequenas cidades*; e, entre esses dois extremos, têm-se *centros intermediários, ...cuja população urbana está entre 50 e 500 mil habitantes*.

Santos (1993, p.70-71), considerando que, no ápice da hierarquia urbana brasileira, se tem a grande cidade de porte metropolitano, na base, a cidade local ou pequena, aquela de influência estritamente local e, em uma posição intermediária, a cidade média, afirma que *...o que chamávamos de cidade média em 1940/50, naturalmente, não é a cidade média dos anos 1970/80, no primeiro momento, uma cidade com mais de 20.000 habitantes poderia ser classificada como média, mas, hoje, para ser uma cidade média uma aglomeração deve ter população em torno dos 100.000 habitantes*. Esse autor salienta que, atualmente, *...as cidades intermediárias apresentam, assim, dimensões bem maiores...*, nas quais 100 mil habitantes é o novo limiar das cidades médias e 500 mil habitantes seria o limite superior de uma *grande cidade média*.

A Fundação IBGE, em definições mais recentes, afirmou que as cidades médias brasileiras são aquelas com população entre 100 mil e 500 mil habitantes. Para a ONU (GRAL/CREDAL, 1994), levando em conta a realidade latino-americana, as cidades médias são aquelas com população entre 100 mil e 1 milhão de habitantes<sup>vii</sup>. Avaliando o contexto mundial, Torné e Bellet Sanfeliu (1999, p.42) orientam que cidades médias são aquelas com população entre 20 mil habitantes e 2 milhões de habitantes, isto levando em conta que *...a delimitação das posições intermediárias deve partir dos extremos superior e inferior de uma hierarquia urbana, [quer dizer], necessita de uma contextualização*.

Assim, há que se considerar que o recorte demográfico pode variar bastante de região para região e de país para país, e também pode variar numa análise diacrônica e segundo o critério adotado pelos pesquisadores. Além disso, faz-se necessário considerar também que existem sérios problemas quando se trata, de um lado, do limite superior, na faixa de interseção com grandes cidades, e, de outro, do limite inferior, quando da interseção com cidades pequenas. Por essas razões, o critério de classificação baseado no tamanho demográfico é insuficiente para qualificar as cidades médias. Quando muito, tal critério define cidades de porte médio, sendo útil apenas como uma *...primeira aproximação*, como sugerem Amorim Filho e Serra (2001, p.3). Ao critério demográfico, devem-se somar aspectos como nível de funcionalidade urbana, especialização ou diversificação das atividades econômicas, natureza, intensidade e periodicidade das relações espaciais, o papel como centros de gestão do território e o arranjo espacial das hinterlândias que comandam, assim como se deve examinar a gênese e a evolução do contexto socioespacial no qual estão inseridas essas cidades.

As cidades médias brasileiras apresentam também destacado desenvolvimento econômico. O interesse pelas cidades médias iniciou-se na década de 1970, quando estas foram alvos das políticas de planejamento urbano e regional implementadas pelo governo federal. Tais políticas visavam, como explicam Amorim Filho e Serra (2001, p.9), criar *...maior equilíbrio interurbano e urbano-regional*, reduzir *...o fluxo migratório na direção das grandes cidades e metrópoles*, promover *...maior eficiência para alguns ramos produtivos*, assim como multiplicar *...postos avançados de expansão do sistema socioeconômico nacional*, ou seja, tais políticas visavam, sobretudo, *...promover as cidades de porte médio a centros estratégicos da rede urbana nacional*, como sugerem Steinberger e Bruna (2001, p.35). Tais preocupações estavam centradas nas questões dos desequilíbrios urbano-regionais e interurbanos, agravadas, inclusive, por uma forte organização hierárquica das cidades, baseada na importância de suas funções centrais e no seu tamanho demográfico, cujo exemplo mais notório era o da França, com os problemas gerados



Organização BESSA, Kelly C.F.O.; Digitalização DEUS, Leonardo, R. de; Suporte técnico: SIQUEIRA, C.A. de

Figura 2 - Brasil: centros urbanos com faixa de tamanho populacional entre 100.001 e 500.000 hab., 2001

pelo agigantamento de Paris. Nesse contexto, as cidades médias foram pensadas como promotoras de equilíbrio socioespacial e, por isto, coube ao planejamento urbano-regional propor políticas de desenvolvimento para tais cidades, a exemplo daquelas propostas para a França, onde promoveu-se o desenvolvimento das chamadas *metrópoles de equilíbrio*<sup>viii</sup>.

Convém comentar que os objetivos do Programa de Cidades de Porte Médio, que vigorou entre os anos de 1976 e 1986, ficaram muito aquém dos pretendidos pelas políticas nacionais de desenvolvimento urbano e regional desse período<sup>ix</sup>. Contudo a noção de cidades médias como nós intermediários já estava explicitada no texto de Francisconi e Souza (1976), quando se propôs uma política nacional de ordenamento territorial. Todavia, avaliar se a importância atual das cidades médias teve como elemento desencadeador tais propostas de política urbano-regional é tarefa difícil. Alguns autores, especialmente aqueles vinculados ao planejamento, dão uma resposta afirmativa, outros, no entanto, dizem que as cidades médias *aconteceram* a despeito dessas propostas, apontando que as mudanças verificadas não são totalmente dependentes dessas políticas e, sim, estão associadas à processos que, ao longo do tempo, possibilitaram a ascensão dessas cidades, diretamente vinculados à dinâmica da acumulação de capital e aos interesses dos agentes sociais locais, porquanto tais cidades possuem movimento próprio, quer dizer, são dotadas de relativa autonomia e dependentes de processos mais amplos, cujos enfrentamentos recaem sobre a compreensão de como se vem reestruturando o sistema urbano nacional, evidenciando a importância do contexto socioespacial.

Essas cidades são caracterizadas pelos processos de especialização funcional e produtiva, como aponta Silveira (2002, p.14), *...as cidades médias parecem consagradas a desenvolver uma alta e competitiva especialização funcional*. Tal processo de especialização, criado internamente ou induzido de fora, confere às cidades médias uma particularidade funcional, simultaneamente, diferenciadora e integradora, podendo estar associado às novas demandas do campo e às novas atividades agrícolas regionais; à implantação de atividades industriais, reflexo do processo de reestruturação e desconcentração industrial; e à criação de formas alternativas e diferenciadas de atividades por parte da ação empreendedora das elites locais, geralmente, no segmento terciário e, em alguns casos, também no industrial. Há que se ressaltar que tais especializações reconfiguram a funcionalidade dessas cidades, introduzindo nelas uma divisão territorial do trabalho mais complexa e possibilitando uma inserção diferenciada na rede urbana.

O desenvolvimento econômico nessas cidades é também visível em decorrência da concentração e diversificação das atividades comerciais e de serviços, ambas aliadas à ampliação do consumo, o que inclui a instalação das modernas formas de consumo - hipermercados e *shopping center*, assim como os consumos vinculados à educação, saúde, cultura, lazer e outros, apontando para a existência de segmentos socioeconômicos de maior poder aquisitivo, quer dizer, de uma classe média urbana, e indicando estratégias eficientes no sentido de capturar consumidores numa escala regional, sejam de outras cidades, sejam dos espaços rurais modernizados. Tais fatos sugerem a ampliação da centralidade das cidades médias e o alargamento de suas hinterlândias. A respeito do consumo, Santos (1988, p.89-90) afirma que *...as cidades intermediárias, que hoje são também chamadas de cidades médias, a que então chamávamos de centros regionais, são o lugar onde há respostas para níveis de demanda de consumo mais elevados*. Sposito (2001, p.632), que avalia o peso da situação geográfica como um dos elementos determinantes dos papéis desempenhados pelas cidades médias na rede urbana<sup>x</sup>, salienta que essas cidades possuem uma *...situação geográfica favorável ao consumo*. Tal situação, segundo a autora, *...dependerá das infra-estruturas que articulam cada cidade média a diferentes sistemas de circulação... que possibilitam o consumo à distância*, quer dizer, dependerá da expansão e renovação de uma *base técnica* associada, primordialmente, aos transportes e à comunicação<sup>xi</sup>.

No que diz respeito ao desenvolvimento das atividades econômicas, convém apontar que a ampliação dos papéis das cidades médias brasileiras tem como determinante a sua transformação funcional, seja pela refuncionalização das funções preexistentes, seja pela criação de novas funções, ambas associadas às atividades industriais, de comércio e de serviços. Tais cidades passam, dessa maneira, a abrigar variadas formas de capitais, inclusive com a entrada de capital

internacional, sugerindo maior articulação com os circuitos do capitalismo mundial, à medida que representam novas áreas de atração de investimentos internacionais<sup>xii</sup>; e a demandar serviços especializados que incorporam os últimos avanços tecnológicos, a exemplo dos serviços de consultoria, propaganda, financeiros, dentre outros. Conseqüentemente, ampliam a oferta de emprego, sobretudo, de trabalho qualificado, transformando-se em cidades altamente competitivas. Santos (1993, p.123), em seus estudos acerca da urbanização brasileira, também julga que as *...cidades médias são, crescentemente, locus do trabalho intelectual, como o lugar onde se obtêm informações necessárias à atividade econômica. Serão, por conseguinte, cidades que reclamam cada vez mais trabalho qualificado...* e, por isso, mudaram de conteúdo e de qualidade, visto que se transformaram em espaços da produção agrícola e industrial, bem como de expansão das atividades terciárias.

Desse modo, fica evidente que as cidades médias ampliaram, adensaram e diversificaram seus espaços de relação econômica, marcados por uma rede de interações. O grau de integração espacial de tais cidades foi bastante incrementado, tanto com seu espaço contíguo, assegurando hierarquizações como centros regionais<sup>xiii</sup>, quanto com cidades de hierarquia superior, em decorrência das especializações produtivas, que impuseram complementaridades regionais e nacionais, resultando no surgimento de uma rede de relações marcada tanto pela contiguidade como pela descontiguidade territorial.

De acordo com Sposito (2001, p.627-628), *...não é possível reconhecer o papel intermediário que uma cidade média desempenha sem avaliar as relações que ela estabelece com cidades de porte maior e menor, entre si e com os espaços rurais com os quais mantém uma vida de relações.* Nessa mesma racionalidade, Amorim Filho (1984, p.9) salienta que as cidades médias devem manter *...interações, constantes e duradouras, com seu espaço regional e com as aglomerações urbanas de hierarquia superior, como também ...tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque largo de bens e serviços à sua área de polarização.* Torné e Bellet Sanfeliu (1999, p.43), por sua vez, observam que as cidades médias *...são nós que articulam fluxos, são pontos nodais de referência de acesso a outros níveis da rede urbana.* Ainda a esse respeito, há que atentar também para as observações de Pulido (2004), que afirma que a capacidade de manter interações espaciais é característica definidora das cidades médias.

Essas interações são garantidas pelos modernos sistemas de engenharia de transporte e de telecomunicação, já que a emergência das cidades médias coincide com a fase de expansão do *meio técnico-científico-informacional*, cuja espacialidade é expressa pela complexidade da configuração territorial, responsável pela crescente fluidez do território. Tais fatores possibilitaram maior integração dessas cidades ao seu espaço regional e, naturalmente, ao território nacional, resultando no surgimento de novas interações espaciais e na consolidação das interações já existentes. Dessa forma, as cidades médias tornam-se nós de interseção e superposição entre *horizontalidades* e *verticalidades*, porquanto são capazes de manter, com regularidade, relações em nível local, regional, nacional e, até mesmo, internacional, o que demonstra a ampliação de seus espaços de relação econômica e uma conseqüente diversificação dos fluxos, que passam a definir *...os papéis e a importância de cada cidade média*, como sugere Sposito (2001, p.636).

Nessa perspectiva, vale ressaltar que as relações de proximidade foram bastante ampliadas, sejam com as cidades menores, sejam com as áreas rurais, resultando em uma vida de relações que define a existência de um espaço de contiguidade territorial, cuja configuração é a própria área de influência ou hinterlândia dessa cidade. À hinterlândia dessas cidades sobrepõe-se uma rede de relações cujos fluxos são múltiplos, delineando uma configuração de descontinuidade territorial. Assim, o contexto de relações das cidades médias é definido em duas escalas: uma horizontalizada, a partir da estruturação de uma área contínua; e, outra, verticalizada, fundada sobre múltiplas redes que desenham relações com cidades hierarquicamente superiores e também com cidades de mesma importância, assim como uma rede de relações entre regiões, sugerindo a conformação de redes regionais, como aponta Haesbaert (1999). Tais configurações espaciais são provenientes de redes múltiplas de relações econômicas, que, de acordo com Sposito (2001, p.638), combinam *áreas e eixos* ou, em respectivo, *continuidade e descontinuidade territorial*, demonstrando que essas cidades participam simultaneamente, ainda que com

intensidades distintas, de diferentes segmentos da rede urbana, o que lhes confere papel e posição como núcleos importantes da própria rede urbana brasileira.

No Brasil, a emergência das cidades médias coincide com a fase de expansão do *meio técnico-científico-informacional*, que impôs um novo patamar ao movimento de urbanização, sendo, portanto, salutar considerar tais características quando da análise dessas cidades. Além disso, para caracterizar as cidades médias faz-se necessário observar aspectos relacionados às estruturas dimensionais, funcionais e espaciais, tais como: o crescimento numérico e a posição territorial; a evolução dos dados demográficos, especialmente de população urbana; o desenvolvimento e o grau de especialização e diversificação econômica; a organização espacial intra-urbana e os indicadores de qualidade de vida, particularmente os relacionados à existência de serviços de educação e saúde, de centros de consumo e lazer, e também aspectos referentes à qualidade ambiental, dentre outros; o papel de comando regional e a qualidade das interações mantidas com outras cidades e com o campo; assim como o papel que exerce e a posição que ocupa na rede urbana regional e no sistema urbano brasileiro.

Na dinâmica atual manifestada pela urbanização brasileira, as cidades médias mudaram qualitativamente de conteúdo, pois transformaram-se, efetivamente, em cidades intermediárias, quer dizer, em nós de uma complexa divisão social e territorial do trabalho expressa numa igualmente complexa rede urbana e, por isso, tais cidades não podem ser tomadas como um objeto em si, mas como expressões particulares, diretamente vinculadas aos processos de formação e evolução urbana. Refletir sobre a natureza dessas cidades representa importante contribuição para o entendimento dos novos conteúdos do espaço geográfico.

#### **Uberlândia: a grande cidade média do meio técnico-científico-informacional**

Uberlândia é exemplo da importância crescente das cidades médias brasileiras, pois, a partir de 1970, apresentou considerável desenvolvimento econômico, caracterizado pela ampliação e diversificação da *produção material*, agropecuária e industrial, e da *produção não-material*, comércio e prestação de serviços. Paralelamente, ocorreu o desenvolvimento das infra-estruturas econômicas, marcado pela implantação de sistemas de engenharia associados, primordialmente, aos transportes e às comunicações. Essa materialidade, em conjunto com suas formas de regulação, promoveu a expansão das funções urbanas centrais, o surgimento de novas funcionalidades e o aparecimento de especializações produtivas, resultando em maior complexidade funcional, da qual deriva o incremento das interações espaciais, que passaram a ocorrer por meio de *horizontalidades* e de *verticalidades*, que expressam, em respectivo, relações espaciais locais e regionais e relações espaciais extra-regionais.

A referida cidade foi bastante maleável à expansão de um *meio técnico-científico-informacional*<sup>xiv</sup>, caracterizado pela implantação de *objetos técnicos*, isto é, pelo aumento funcional e estrutural de *fixos artificiais* associados, particularmente, à modernização das *infra-estruturas econômicas*<sup>xv</sup>, dentre as quais se destacam os transportes, as comunicações e o setor energético, cujo conjunto caracteriza a *configuração territorial* de um dado lugar<sup>xvi</sup>. Tais *fixos artificiais* auxiliaram no desenvolvimento das atividades econômicas, com destaque para a modernização agropecuária, para a expansão de um complexo agroindustrial processador de grãos e de carnes e para a ampliação e diversificação das atividades terciárias, especialmente, comércio atacadista/varejista e prestação de serviços, e, por conseguinte, possibilitaram o incremento e a diversificação de inúmeros *fluxos* de pessoal, matéria, capital e informação.

Com relação aos *sistemas técnicos* associados aos transportes, Uberlândia encontra-se localizada em um importante entroncamento aéreo-rodoferroviário, que, por fazer parte de rígidas redes nacionais de circulação, estabelece *fluxos* nos sentidos Leste-Oeste e Norte-Sul (ver Figura 3). A consolidação desse entroncamento garante a circulação material, objetos e mercadorias, e também o intercâmbio de pessoas com os principais aeroportos, portos e cidades do país, demonstrando o incremento das interações espaciais, cujos *fluxos* ultrapassam os limites regionais e atingem o contexto nacional a fim de atender, particularmente, às exigências dos estabelecimentos agroindustriais e dos atacado-distribuidores, pois é certo que a *configuração territorial* atende aos interesses dos diversos agentes econômicos locais. Vale ressaltar que a

Estação Aduaneira Interior-Eadi de Uberlândia, administrada e operada pela Companhia Vale do Rio Doce, é um exemplo notório, pois oferece serviços aduaneiros para a realização de operações de importação e exportação, primordialmente por intermédio dos portos de Vitória, Santos, Rio de Janeiro e Paranaguá, às agroindústrias (Braspelco, Cargill Agrícola, Rezende Alimentos, entre outras), às empresas atacadistas (Tecidos Tita, Metal Grampo, entre outras), e também à *holding* Algar.

Os *fixos artificiais* associados aos serviços de comunicação, especialmente telecomunicações, estão entre os que mais se expandiram desde a década de 1970, originando importante *sistema de objetos*, isto é, de redes capazes de interligar a cidade de Uberlândia ao país e ao resto do mundo, através de equipamentos de transmissão e de recepção, que possibilitam a existência de *fluxos* distantes e descontínuos territorialmente, garantindo à cidade e sua região a fluidez exigida no *período técnico-científico-informacional*.

Os investimentos nesse setor foram realizados, desde 1954, pela CTBC Telecom, carro chefe da *holding* Algar, que, apesar de sua vinculação ao Sistema Telebrás, em 1969, permaneceu privada, o que garantiu a manutenção de suas atividades e de sua área de cobertura quando do processo de privatização do sistema nacional de telecomunicações (ver Figura 4). Dentre os muitos investimentos, estão a utilização da fibra óptica, que hoje atinge 100% da extensão da rede; a implantação do sistema móvel de telefonia celular, com 96% de digitalização da rede; e a criação de uma empresa do tipo call center, a Algar Call Center Services-ACS, que atua na prestação de serviços de telemarketing. Esses investimentos demonstram a capacidade técnica de uma empresa de capital local para implementar projetos que exijam elevado padrão tecnológico.

Uberlândia, a partir do processo de privatização do sistema nacional de telecomunicações, ficou contida no bloco regional Tele Norte-Leste, Região I, no Setor 3<sup>xvii</sup>. Neste setor, atuam, com serviço telefônico fixo, as operadoras CTBC Telecom, Telemar, Vésper, Embratel e Intelig. Com relação ao serviço móvel celular, a cidade está contida na área de concessão 4, que corresponde ao estado de Minas Gerais. Os serviços de telefonia móvel são prestados pelas operadoras CTBC Celular, Tim, Telemar Celular e Oi. A presença de todas essas operadoras de serviços de telefonia (fixa e móvel) demonstra a ampliação funcional e territorial da utilização das redes telefônicas.

Em decorrência do potencial hidrelétrico da região, os *fixos artificiais* associados à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica estão entre os que mais se expandiram, constituindo um verdadeiro *sistema de engenharia da energia*, composto por usinas hidrelétricas, subestações, linhas de transmissão, subestações distribuidoras, linhas de distribuição, entre outros (ver Figura 5). Uberlândia conta com quatro subestações da Cemig que, juntas, possuem uma potência instalada total de 200kVA, sendo que tal potência equivale a 79,0% da demanda, que é de 159,0kVA. A cidade conta ainda com outras quatro subestações pertencentes às empresas Cargill Agrícola, Daiwa Têxtil do Brasil, Companhia de Cigarros Souza Cruz e Petrobrás. A cidade apresentou também importante crescimento na demanda por combustíveis, sendo que o abastecimento de gasolina, óleo diesel, gás de cozinha e álcool é realizado por meio de transporte rodoviário e ferroviário, assim como pelo polduto para derivados de petróleo São Paulo-Distrito Federal Osbra. Esta base de distribuição, que vem substituindo o uso de caminhões e de trens por objetos mais rígidos, como no caso dos dutos, atende ao Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e às regiões Sul e Sudeste do estado de Goiás.

O aumento do número dos *fixos artificiais*, associados primordialmente às infra-estruturas econômicas, é expressão do *meio técnico-científico-informacional* em Uberlândia, demonstrando a densidade de seu conteúdo técnico e tornando mais fluido o território. Esses *fixos*, entretanto, em decorrência de suas complexidades, atuam como *sistemas técnicos*, sendo de fato a *base material* necessária ao incremento e à diversificação de inúmeros *fluxos*, possibilitados, principalmente, a partir do sistema de transportes e do sistema de telecomunicações.

Cumprir registrar que esses *fluxos* orientam o surgimento de *horizontalidades* e de *verticalidades*, ou seja, de arranjos espaciais definidos mediante interações contínuas e descontínuas, respectivamente. De fato, esses *fixos* e *fluxos* dão-se como redes que perpassam o território,

possibilitando cooperações entre os circuitos da produção, do comércio e dos serviços, isto é, promovendo o desenvolvimento da *produção material*, agropecuária e industrial, e também *não-material*, comércio e prestação de serviços, que inclusive é expressão da presença do *meio técnico-científico-informacional*<sup>xviii</sup>.

No campo uberlandense, no que diz respeito ao setor agrícola, sobressaem os cultivos demandados pelas agroindústrias, em detrimento da tradicional produção de alimentos, ou seja, destacam-se aqueles cultivos ligados às cadeias produtivas de grãos, bem como de frutas e de vegetais. Com relação à atividade criatória, considerando, ainda, a articulação deste ramo com as agroindústrias da cadeia produtiva de carnes e laticínios, destaca-se a criação bovina, suína e de aves. A crescente produção dessas matérias-primas demonstra que, em Uberlândia, se privilegiou o atendimento das demandas agroindústrias, que passaram a regular a produção, o que significa um maior controle da cidade sobre o campo. Juntamente com a integração da produção agropecuária às agroindústrias, ampliaram-se o consumo produtivo do campo e o uso de crédito, gerando *círculos de cooperação* entre os estabelecimentos agropecuários e os estabelecimentos do comércio, dos serviços e do suporte financeiro. A cidade passou também a fornecer mão-de-obra especializada para atender às demandas desse campo modernizado, sendo que tal modernização propiciou a expulsão maciça dos trabalhadores e o surgimento de relações de trabalho assalariado e temporário<sup>xix</sup>. A partir desses nexos presididos por Uberlândia, vem-se criando uma estreita ligação entre a cidade e sua região agrícola, por meio de *fluxos* primários e daqueles associados ao consumo produtivo do campo e ao uso de crédito.

O setor industrial é notadamente agroindustrial, pois encontra-se ligado à produção agropecuária do município e de seu entorno<sup>xx</sup>. Nesse sentido, a base agropecuária de sua área de polarização garante a crescente integração entre o setor primário e a indústria e, em conseqüência, entre o rural e o urbano, o que é evidente no caso das agroindústrias, que fazem parte do elenco de atividades urbanas. A gênese e a dinâmica do setor agroindustrial têm relação intrínseca com a modernização agropecuária nas áreas de cerrado, pois, juntamente com ela, ocorreu a instalação de agroindústrias ligadas às cadeias de grãos, de carnes e de frutas e vegetais<sup>xxi</sup>.

Uberlândia atendeu às necessidades infra-estruturais exigidas pela agroindústria e, dessa forma, tornou-se um pólo agroindustrial importante, que influencia, além da sua própria região, outras quatro microrregiões, localizadas no Sudeste, Sul e Sudoeste de Goiás, e que privilegia o mercado consumidor do Centro-Sul. Tal setor é responsável pela criação de diversos *fluxos*, uma vez que tem à sua disposição uma complexa *configuração territorial*, responsável pela crescente fluidez. Esses *fluxos*, por conseguinte, foram capazes de intensificar as relações entre a cidade e o campo, entre as cidades da própria região, e também possibilitaram maior integração com o território nacional, por meio de importantes *sistemas de cooperação e de complementaridade*, em escalas cada vez mais abrangentes. A Figura 3 retrata que a estrutura de recebimento de matéria-prima das principais agroindústrias de Uberlândia - Cargill Agrícola, Resende Alimentos (atualmente pertencente ao Grupo Sadia) e ABC-Inco (Algar) - está localizada na própria região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e junto aos estados de Goiás e Mato Grosso.

Após a década de 1970, Uberlândia presenciou mudanças importantes no setor terciário, com o surgimento de novas atividades comerciais e de serviços, especialmente, as associadas às práticas dos atacado-distribuidores<sup>xxii</sup>, às demandas da produção agropecuária e agroindustrial, e ao consumo, culminando com a ampliação do processo de terciarização na cidade. O setor terciário é marcado, primordialmente, pela constituição do pólo atacado-distribuidor, pela ampliação do consumo produtivo do campo, pelas modernas estruturas do comércio varejista, especialmente pela difusão dos supermercados, hipermercados e *shopping centers*, e pelas novas atividades associadas à prestação de serviços. Essas modalidades terciárias são responsáveis por um aumento quantitativo e qualitativo das interações espaciais, que passaram a ocorrer por meio da combinação de relações que se articulam em escalas local, regional e nacional. A Figura 4 retrata que a estrutura de distribuição dos principais atacado-distribuidores da cidade - Martins, Arcom e Peixoto - atinge todo o território nacional, ampliando os *sistemas de cooperação* presentes na cidade.

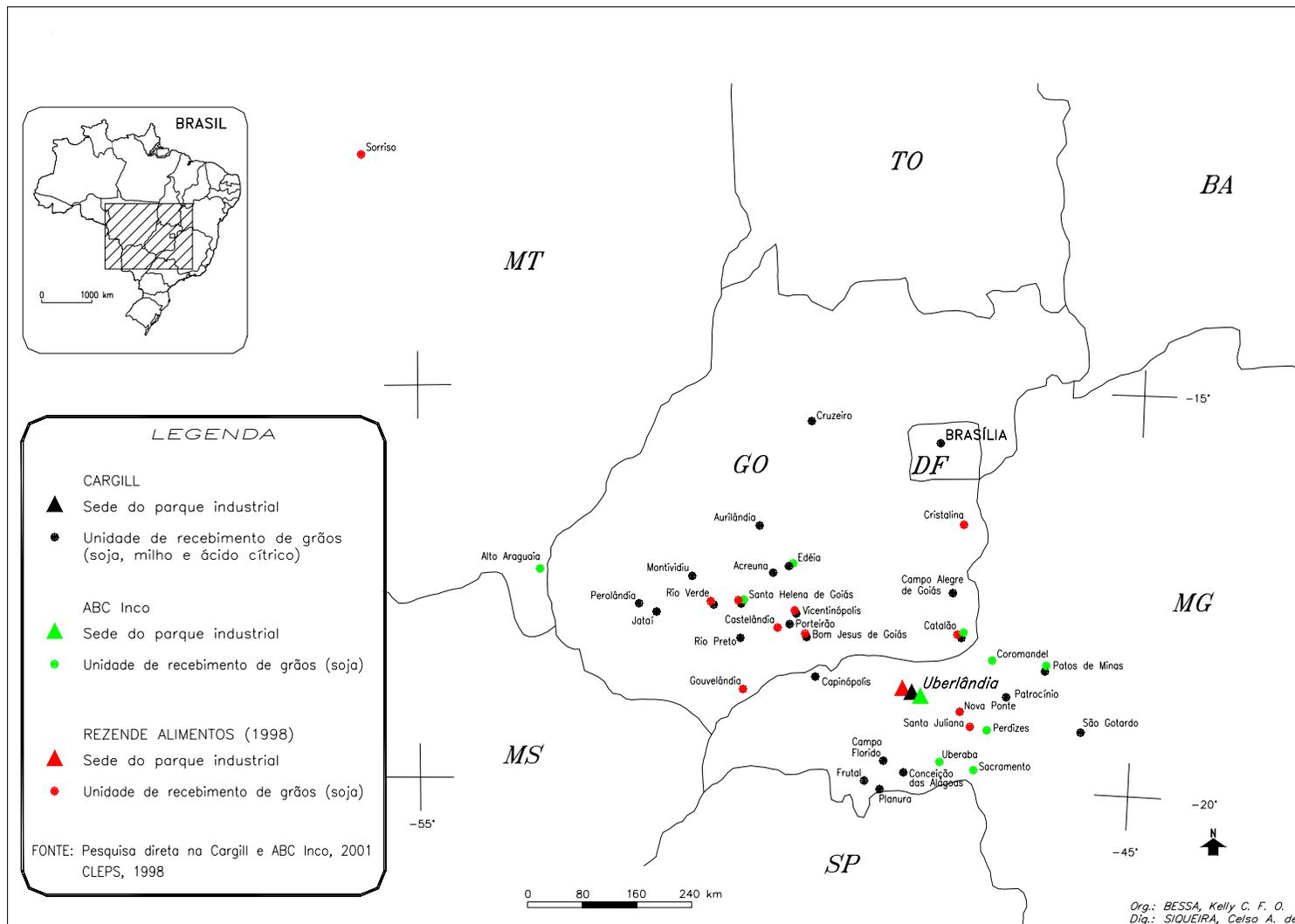


Figura 3 - Uberlândia: estrutura logística das principais agroindústria, 2001

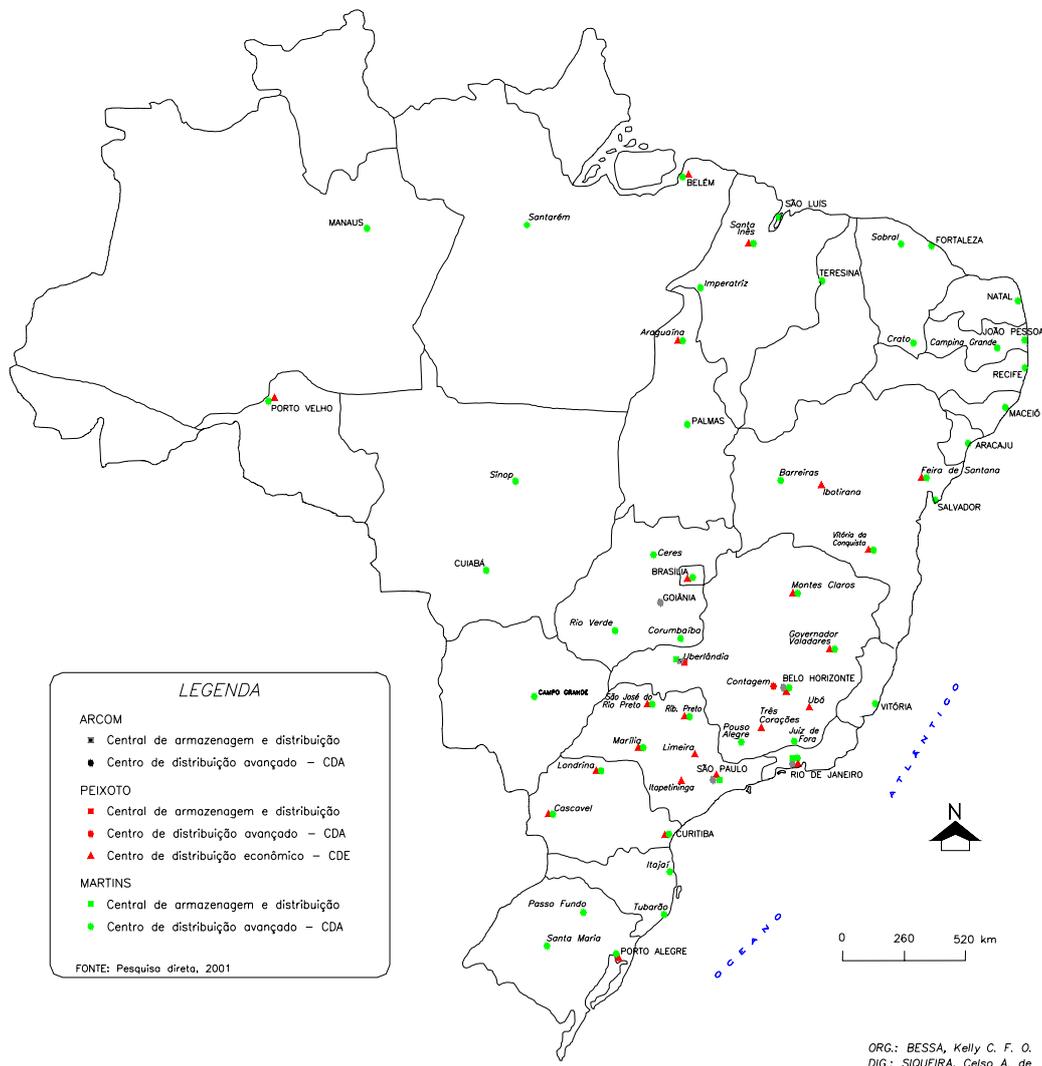


Figura 4 - Uberlândia: estrutura logística das principais empresas atacadista/distribuidoras, 2001

De modo geral, tais atividades terciárias assinalam os conteúdos da modernidade urbana, como salienta Santos (1985). Além disso, essas atividades promovem o surgimento de ocupações e empregos de elevado grau de especialização e, conseqüentemente, uma remuneração mais elevada. Assim surgem, no urbano, novos profissionais, novas rendas, que modificam as características sociais e culturais da cidade. Aqui, exemplifica-se uma das características da nova urbanização brasileira dada por Santos (1993), quando este afirma que há, nessas cidades, um aumento do volume de trabalho intelectual, o que impõe novos consumos e uma nova vida de relações no lugar.

Em Uberlândia, é fácil compreender a difusão dos agentes financeiros, haja vista que a agropecuária moderna, a agroindústria e o comércio atacadista e varejista, bases da economia local, necessitam de um sistema financeiro inovador e moderno, que responda às necessidades desses setores. Assim, expandiu-se uma importante rede bancária, visto que a cidade conta com

bancos públicos, estaduais e federais, privados e estrangeiros. Essa rede bancária é complementada por outros intermediários do sistema financeiro, dentre eles, os estabelecimentos de crédito, as corretoras, as seguradoras e as operadoras de cartão de crédito. Dessa forma, a composição do sistema financeiro uberlandense possibilita a realização de diversos fluxos de capital, assim como colabora no processo de financeirização da sociedade e do território.

Em conjunto, esses fatores, caracterizados pela gestação do *meio técnico-científico-informacional* e pelo desenvolvimento das atividades econômicas, levaram a processos de aceleração da urbanização, com a ampliação da esfera demográfica, e a processos de refuncionalização, induzidos ou impostos pelos agentes econômicos, com importantes acréscimos nos papéis urbanos e, especialmente, com o incremento das interações espaciais, que passaram a ocorrer por meio de *horizontalidades* e de *verticalidades*.

Entre os anos de 1970 e 2000, Uberlândia apresentou um crescimento demográfico de 301,3%, atingindo 500.488 habitantes, em 2000. De modo semelhante, o crescimento da população urbana totalizou, nesse período, 338,0%, implicando uma taxa de 97,6% de urbanização, em 2000. Com base nesses índices, Uberlândia passou a desempenhar papel mais importante no conjunto total de população da região, porquanto sua participação saltou de 11,4%, em 1970, para 26,8%, em 2000 (FIBGE, 1970-2000). A concentração da população acarreta a incorporação de um conjunto de conseqüências qualitativas ao urbano, tais como novas relações econômicas, sociais e culturais.

A refuncionalização urbana em Uberlândia foi capaz de alterar a natureza, a intensidade e os padrões espaciais das interações, uma vez que tal cidade tornou-se capaz de regular e controlar a circulação de mercadorias, pessoas, capitais e informações em um raio de aproximadamente 180Km, atingindo toda a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o Noroeste e parte da região central de Minas Gerais, o Nordeste paulista e o Sudeste, Sul e Sudoeste goiano (ver Figura 5), indicando a presença de importantes *solidariedades horizontais* estruturadas em torno da referida cidade, isto é, a manutenção de relações contíguas no seu espaço de polarização.

As interações espaciais são estabelecidas também por meio das especializações presentes em Uberlândia, apontando para a existência de *verticalidades*, ou seja, o estabelecimento de interações em um espaço descontínuo e a possibilidade de relações diretas com a metrópole nacional e também com cidades mundiais, uma vez que se tornam dispensáveis algumas intermediações regionais que, anteriormente, obedeciam a uma rígida hierarquia regional, especialmente na base inferior da hierarquia urbana.

Contudo, apesar de as redes técnicas possibilitarem maior flexibilidade nas relações interurbanas, aquelas cidades cujas interações são meramente regionais, ou seja, dadas pela proximidade geográfica contígua, acabam perdendo parte de sua importância na hierarquia regional em favor daquela cidade que, além de assegurar o comando regional, por meio de um conjunto de funcionalidades que atende à sua área de polarização, garante, por meio das especializações, interações importantes em nível nacional e até mesmo mundial.

Assim, é possível detectar uma ampliação dos horizontes espaciais, indicando, além de *horizontalidades*, a existência de *verticalidades*, cujas racionalidades coexistem e se interpenetram. As agroindústrias, os atacado-distribuidores e os serviços associados às telecomunicações são especializações que asseguram a manutenção de relações com a economia nacional e também internacional.

Haveria, assim, em Uberlândia, dois níveis fundamentais de interações espaciais: um relativamente horizontalizado e vinculado à ordem regional, e outro pertencente à ordem nacional, esboçando a existência de interações verticais. Essas *horizontalidades* e *verticalidades*, fundamentadas em uma complexa divisão territorial do trabalho e indispensáveis ao desenvolvimento das atividades econômicas, levam a uma crescente articulação entre as cidades da área de polarização, por meio de uma rede urbana regional cada vez mais articulada sob o comando de Uberlândia; e também levam ao surgimento de novas interações espaciais, pois as articulações entre as cidades deixaram de ser realizadas a curta distância e entre um limitado

número de centros para se tornarem mais intensas e abrangentes, envolvendo um número maior de nós/pontos que, apesar de descontínuos, estão interligados através da circulação, do intercâmbio e de suas regulações.

Dessa forma, na rede urbana do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, apesar dos papéis exercidos pelas cidades médias e pelos centros locais, Uberlândia encontra-se no topo da hierarquia urbana regional, isto é, está no comando desse segmento da rede urbana, apresentando-se como uma *grande cidade média*, termo utilizado por Santos (1993) para designar aquelas cidades que estão no limiar entre a cidade média propriamente dita e a grande cidade, mas que, sobretudo, trata-se de uma *cidade regional*, quer dizer, de um *...centro que organiza a vida regional...* e, por isto mesmo, *deve ser qualificado por expressão da qual faz parte o termo regional*<sup>xxiii</sup>, como sugere Corrêa (1967, p.112).

Em seguida, têm-se Uberaba, Patos de Minas, Araguari e Ituiutaba, que são propriamente *cidades médias* e comandam contextos microrregionais, além de manter relações extra-regionais pela presença de especialidades produtivas; Araxá, Patrocínio, Frutal e Monte Carmelo, que podem ser consideradas *grandes cidades locais*, tendo em vista o papel que desempenham em suas respectivas microrregiões; e, por fim, na base da rede urbana, têm-se 15 *cidades locais* e outras 42 cidades pequenas, com tamanho populacional de até 10.000 habitantes (BESSA, 2001). A Figura 9 retrata essa estrutura hierárquica, expressando a organização espacial desse segmento da rede urbana, assim como a forte hierarquização de Uberlândia sobre os demais centros urbanos.

Além disto, a referida cidade vem alcançando lugar de destaque no cenário nacional, pois ocupa significativa posição na rede urbana brasileira, visto representar importante nó da rede de São Paulo<sup>xxiv</sup>, além de manter articulações com outros centros urbanos de hierarquia superior, a exemplo de Brasília, Goiânia e Belo Horizonte.

#### Referências

AMORIM FILHO, O. B. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. **Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, ano II, n. 5, p. 5-34, jun.1984.

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.) **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.1-34.

ANDRADE, T. A.; LODDER, C. A. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.) **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.129-169.

BESSA, K. C. F. O. **Constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em Uberlândia**: o lugar na era das redes. 2001. 333f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2001.

BRAVO, M. T. D. Ciudades medias, planificación urbana y calidad de vida. **Revista Geográfica Venezolana**, Caracas, vol.38, p.153-164, 1997.

CLEPS, G. D. G. A origem e o desenvolvimento do comércio atacadista em Uberlândia (MG). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 12, n.23, p.5-46, jan./jun.2000.

\_\_\_\_\_. **O comércio atacadista de Uberlândia (MG)**: mudanças tecnológicas e estratégias territoriais. 1997. 174f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1997.

CLEPS JR., J. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado**: o caso do Triângulo Mineiro. 1998. 256f. Tese (Doutorado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1998.

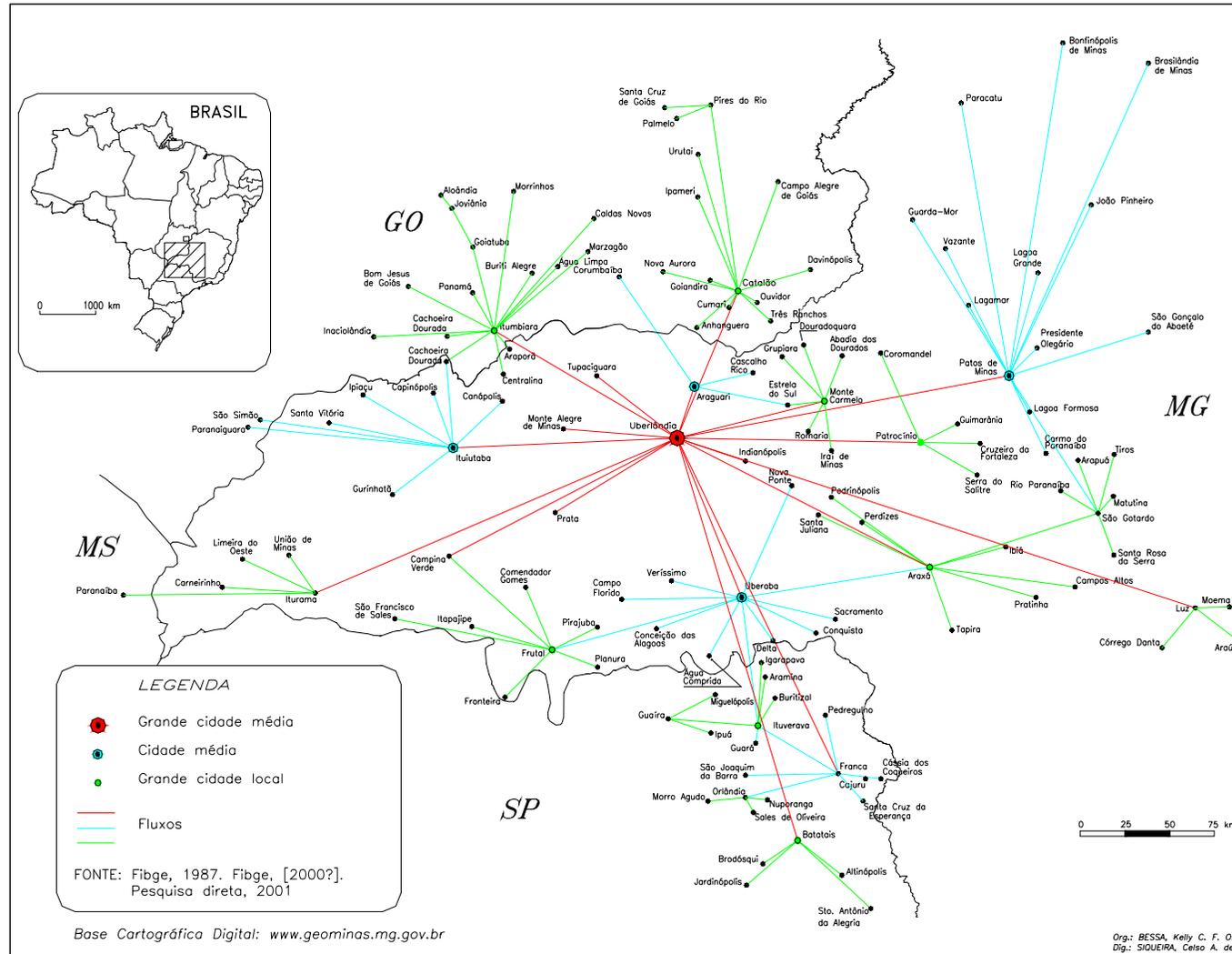


Figura 5 - Uberlândia: área de polarização, 2001

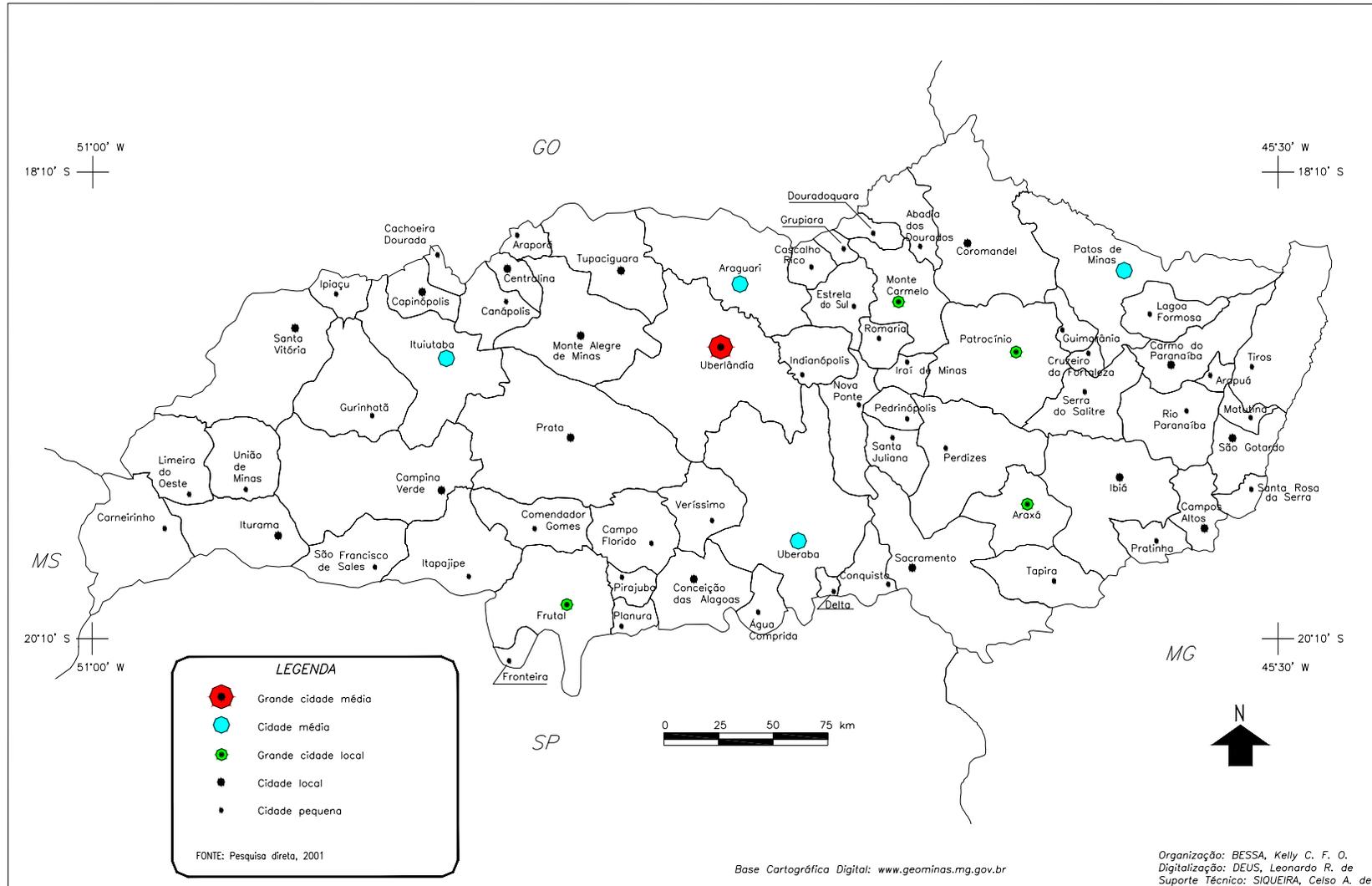


Figura 6 - Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: hierarquia urbana, 2001

CORRÊA, R. L. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, vol.1, n.1, p.65-78, jan./jun.2004.

\_\_\_\_\_. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Território**, Rio de Janeiro, ano VII, n.11, 12 e 13, p.133-136, 2003.

\_\_\_\_\_. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPÓSITO, M. E. B. (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p.359-367.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, IX, 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, vol. 1, 2001a. p.424-430.

\_\_\_\_\_. Os estudos de redes urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 29, n.4, p.93-116, out./dez.1967.

DAVIDOVICH, F. Redutos da classe média, uma interpretação acerca da urbanização no Brasil. **Cadernos do IPPUR**, Rio de Janeiro, vol.7, n.3, p.35-48, dez.1993.

\_\_\_\_\_. Linhas de pesquisa para a Geografia no Brasil: uma contribuição. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 54, n.4, p.7-27, out./dez.1992.

\_\_\_\_\_. Brasil metropolitano e Brasil urbano não-metropolitano - algumas questões. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 53, n.2, p.127-133, abr./jun.1991.

DOWBOR, L. **A reprodução social: proposta para uma gestão descentralizada**. Petrópolis: Vozes, 1998.

ESTEBAN, A.; LÓPEZ, A. El papel de las ciudades medias en España: presente y futuro. **Urbanismo - Revista Oficial del Colegio de Arquitectos de Madrid**, Madri, n.6, p.6-16, 1989.

FIBGE. **Censos Demográficos**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1970-2000.

FRANCISCONI, J. G.; SOUZA, M. A. A. **Política nacional de desenvolvimento urbano: estudos e proposições alternativas**. Brasília: IPEA, 1976. (Série Estudos para o Planejamento, n. 15).

GEIGER, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

GRAL/CREDAL. Villes intermédiaires, vitalité économique et acteurs sociaux. **Problemes d'Amérique Latine. La ville et l'Amérique Latine**, Paris, n.14, p.127-139, sep.1994.

GRAVIER, J. F. **Paris et le désert français**. Paris: Fayard, 1958.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p.15-39, 1999.

HAUTREUX, J.; ROCHEFORT, M. **La fonction régionale dans l'armature urbaine française**. Paris: Insee, 1964.

LELOUP, Y. Tipos de aglomerações e hierarquia das cidades de Minas Gerais. **Boletim Mineiro de Geografia**, Belo Horizonte, ano III, n.4 e 5, p.15-28, 1962.

MARTINS, H. E. P. Periodização e análise do desenvolvimento industrial de Uberlândia segundo as tendências locais da indústria. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 12, n. 23, p.63-80, jan./jun.2000.

MERTINS, G. Contribuciones al modelo de diferenciación socioespacial de ciudades intermedias de América Latina: ejemplos colombianos. **Revista Interamericana de Planificación**, vol. XXIV, n.93, ene./mar.1991.

PONTES, B. M. S. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970). In: SPÓSITO, M. E. B. (org.). **Urbanização e**

**cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p.569-607.

PULIDO, N. Globalización y surgimiento de ciudades “intermedias” en América Latina y en Venezuela. **Revista Geográfica Venezolana**, Caracas, vol.45, n.1, p.91-121, 2004.

\_\_\_\_\_. Emergencia de ciudades “intermedias”. Rasgo más resaltante de la urbanización venezolana actual. Procedimiento metodológico para su identificación. ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 8, 2001, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: Comité Organizador, 2001. p.7-18. (CD-ROM).

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1994a.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente. **Geosul**, Florianópolis, ano III, n.5, p.85-100, 1988.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SILVEIRA, M. L. Globalização, trabalho, cidades médias. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n.11, p.11-17, 2002.

SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n.6, p.55-63, 1999.

\_\_\_\_\_. **Uberlândia: da “Cidade Jardim” ao “Portal do Cerrado” - imagens e representações no Triângulo Mineiro.** 1995. 290f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 1995.

SOUZA, M. A. A. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição existente. In: DÉAK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.). **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Edusp, 1991. p.111-143.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p.609-643.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.) **Cidades médias brasileiras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.35-77.

TORNÉ, J. M.; BELLET SANFELIU, C. **Ciudades intermedias y urbanización mundial.** Lleida: Ayuntamiento de Lleida, Unesco, UIA, 1999.

VIEIRA PINTO, M. Núcleos urbanos. In: GALVÃO, Marília V. (org.). **Geografia do Brasil. Grande Região Centro-Oeste.** Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1960. (Vol.1/Série A).

i A presente pesquisa considera a organização político-administrativa que divide o estado de Minas Gerais em 12 mesorregiões geográficas, dentre as quais está a do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, localizada no extremo oeste ou parte ocidental do estado, em uma área de aproximadamente 91.284Km<sup>2</sup>. Essa região é composta por sete microrregiões geográficas: Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia; e 66 municípios.

- ii A respeito do problema da escala na temática urbana, ver Corrêa (2003). Este autor define, na análise geográfica do urbano, duas escalas conceituais complementares, a da rede urbana e a do espaço urbano, cada qual com suas correspondentes escalas cartográficas.
- iii Corrêa (2004) sistematizou tais aspectos que são próprios da rede urbana em três estruturas distintas e interligadas, a dimensional, a funcional e a espacial, que são reveladoras da diferenciação entre os centros de uma dada rede e também da diversidade entre as redes urbanas.
- iv Cumpre registrar que tais características estão diretamente associadas entre si: à *pequena complexidade funcional dos centros urbanos* associa-se o *pequeno grau de articulação* entre estes referidos centros e, por fim, dessas características emerge, conseqüentemente, um *padrão espacial simples* da rede urbana (CORRÊA, 2001 e 2001a).
- v Outros pesquisadores também fazem esse mesmo apontamento para a Espanha, como é o caso de Esteban e Lopez (1989), com o estudo intitulado *El Papel de las Ciudades Medias en España*; para a Colômbia, como exemplifica o texto *Contribuciones al Modelo de Diferenciación Socioespacial de Ciudades Intermedias de America Latina: ejemplos colombianos*, de Mertins (1991); para a Venezuela, com o exemplo da pesquisa *Ciudades medias, planificación urbana y calidad de vida*, de Bravo (1997).
- vi É interessante observar que, entre as décadas de 1970 e 1980, foram classificadas como médias as cidades que apresentaram, na Europa, população entre 20 mil e 100 mil habitantes; na União Soviética, entre 50 mil e 100 mil habitantes; na África, entre 20 mil e 50 mil habitantes; e nos países asiáticos, entre 20 mil e 250 mil habitantes (AMORIM FILHO, 1984).
- vii Em seu estudo sobre as cidades médias da Venezuela, Pulido (2001) adota o critério da ONU e, portanto, define que as cidades médias possuem população entre 100 mil e 1 milhão de habitantes. Torné e Bellet Sanfeliu (1999) apontam que, na Europa, são definidas como médias aquelas cidades com população entre 20 mil e 500 mil habitantes, nos países norte-americanos entre 200 mil e 500 mil habitantes, no Paquistão entre 25 mil e 100 mil habitantes, enquanto que na Argentina entre 50 mil e 1 milhão de habitantes.
- viii A respeito dos desequilíbrios urbano-regionais e interurbanos na França, ver Gravier (1958) e Hautreux e Rochefort (1964).
- ix A respeito das políticas do Programa de Cidades de Porte Médio, ver Amorim Filho (1984), Souza (1991), Pontes (2001) e Steinberger e Bruna (2001).
- x Amorim Filho (1984, p.11) também observa que a *situação geográfica* é elemento fundamental para determinar o papel desempenhado pelas cidades médias na rede urbana, sugerindo, inclusive, a noção de *cidade média relas*. Torné e Bellet Sanfeliu (1999, p.45), por sua vez, observam que o êxito das cidades médias *...depende de sua posição geográfica e das possibilidades de conexão com as grandes redes e fluxos*.
- xi Torné e Bellet Santfeliu (1999, p.43) destacam ainda que as cidades médias *...são assentamentos ligados à redes de infra-estrutura que conectam as redes locais, regionais e nacionais e, para algumas, inclui-se o fácil acesso às redes internacionais*.
- xii Pulido (2004, p.118) enfatiza, considerando o contexto latino-americano, especificamente o mexicano e o venezuelano, a emergência de cidades médias integradas à redes internacionais e, por isto mesmo, *...constituem-se nas cidades mais dinâmicas desses conjuntos urbanos*.
- xiii Torne e Bellet Sanfeliu (1999, p.43) salientam que *...as cidades médias articulam o território e funcionam como centros de referência para um território mais ou menos imediato*.
- xiv A respeito da constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em Uberlândia, ver Bessa (2001).
- xv O termo *infra-estruturas econômicas*, utilizado por Dowbor (1998), tem o mesmo sentido da expressão *estruturas produtivas propriamente ditas*, usada por Santos (1994a), pois ambos dizem respeito ao conjunto de infra-estruturas de transporte, comunicação, energia e outras, que são indispensáveis à reprodução econômica e social.
- xvi Para Santos (1996, p.51), a *configuração territorial ...é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais... e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais...*, ou seja, *...a configuração territorial é formada pelo conjunto de sistemas de engenharia que o homem vai superpondo à natureza... de maneira a permitir que se criem as condições de trabalho próprias de cada época* (SANTOS, 1993, p.38).
- xvii Tal setor corresponde, especificamente, à área de atuação de CTBC-Telecom.
- xviii Além do estudo da expansão da *base técnica*, faz-se necessário, segundo Santos (1993 e 1994), conhecer as especificidades das atividades econômicas, ou seja, o desenvolvimento da *produção material* e da *produção não-material*, assim como do consumo.
- xix Esses trabalhadores temporários são, em sua maioria, residentes do espaço urbano, o que evidencia a constituição de uma população agrícola em detrimento de uma população rural. A diferenciação entre população agrícola e população rural é dada por Santos (1993), sendo população agrícola aquela que se ocupa de atividades agropecuárias, apesar de residir nas cidades, a exemplo dos bóia-frias.
- xx Em setembro de 1965, foi inaugurada a Cidade Industrial, cuja criação representou, de acordo com Soares (1995, p.152), a consolidação de *...um importante projeto político de Uberlândia, cujo objetivo principal era promover o desenvolvimento industrial da cidade, sendo o Poder Público local responsável pela implantação da infra-estrutura básica e das redes de transporte e de comunicação*. Em 1971, foi criado, pela Companhia de Distritos Industriais do Estado de Minas Gerais-CDI/MG, o Distrito Industrial de Uberlândia, que encampou a Cidade Industrial em 1972. Assim, as condições para o desenvolvimento industrial foram, efetivamente, criadas a partir da década de 1970. A respeito da evolução industrial de Uberlândia, ver Martins (2000).
- xxi A respeito da gênese e dinâmica do setor agroindustrial em Uberlândia, ver Cleps (1998).
- xxii A respeito da constituição e evolução do pólo atacado-distribuidor em Uberlândia, ver CLEPS (2000).

- 
- xxiii Em razão de uma maior complexificação do sistema urbano, as cidades, mesmo em categorias homólogas, são, cada vez mais, diferenciadas entre si. O termo *regional* qualifica essa diferença, uma vez que caracteriza cidades capazes de manter, regularmente, relações com sua região e com o seu campo, sendo responsáveis pelo beneficiamento e comércio da produção agrícola, passando inclusive a abrigar indústrias e empresas de caráter extra regional. Consequentemente, tornam-se capazes de manter interações em nível nacional e, muitas vezes, internacional. Além disso, são cidades onde ocorre um acúmulo de funções, principalmente quando estão localizadas em áreas onde os núcleos urbanos são distantes uns dos outros e onde a divisão do trabalho é menos densa.
- xxiv Na década de 1960, Leloup (1962) já havia identificado que Uberlândia, juntamente com Uberaba, estava ligada à rede de São Paulo. Vieira Pinto (1960) fez esse mesmo apontamento, afirmando que os centros urbanos da região Centro-Oeste, a exemplo de Uberlândia e Uberaba, eram, desde os anos de 1960, polarizados por São Paulo. Esse fato também foi constatado por Geiger (1963, p.249), que, na análise da *Evolução da Rede Urbana Brasileira*, afirmou que ...*São Paulo domina o Triângulo Mineiro*.